



INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E REDES DE ACREDITAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: TEIAS DO PENSAR DEMOCRÁTICO

INTERNATIONALIZATION OF HIGH EDUCATION AND ACCREDITATION NETWORKS IN LATIN AMERICA: WEAVING DEMOCRATIC THINKING

INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y REDES DE ACREDITACIÓN EN LA AMÉRICA LATINA: TEÍAS DEL PENSAR DEMOCRÁTICO

Margareth Guerra

E-mail: margarethguerraunifap@gmail.com

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

RESUMO

A temática relativa às redes de agências de acreditação e avaliação da qualidade da educação superior surge no contexto da internacionalização e do movimento de integração entre os países. Esse contexto tem fomentado o estabelecimento de relações de cooperação e troca de informações sobre avaliação das universidades na América Latina, por meio dessas redes. Compreender perspectivas democráticas construídas no interior dessas redes e as relações que dentro delas se tecem, privilegiando possíveis tramas de resistência a modelos de avaliação da educação superior de características hegemônicas no subcontinente, é o objetivo deste texto, que, por sua vez, se vale de pesquisa cujas opções metodológicas incluíram a seleção de duas redes, Riaces e Rana, a escolha intencional de sujeitos de pesquisa dentre seus gestores e especialistas e a técnica de coleta de dados de produção de narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Internacionalização da Educação Superior na América Latina. Redes de Agências de Acreditação e Avaliação.

ABSTRACT

The theme of the network of agencies for accreditation and evaluation of the quality of higher education arises in the context of internationalization and the integration movement among countries. This context has fostered the establishment of cooperative relations and exchange of information on the evaluation of universities in Latin America by means of these networks. Understanding democratic perspectives built within these networks and how the relationships are woven within them, by giving priority to possible resistance forces to evaluation models of the higher education of hegemonic characteristics in the subcontinent is the objective of this article based on methodological options which included the selection of two networks, i.e., Riaces and Rana, the intentional choice of respondents among their managers and specialists, and the technique of collection of data from the production of subjects' narratives.

KEY-WORDS: Democracy. Internationalization of higher education in Latin America. Networks of accreditation and evaluation agencies.

RESUMEN

La temática relativa a las redes de agencias de acreditación y evaluación de la calidad de la educación superior surge en el contexto de la internacionalización y del movimiento de integración entre los países. Este contexto ha fomentado el establecimiento de relaciones de cooperación e intercambio de informaciones sobre evaluación de las universidades en América Latina, a través de esas redes. Comprender las perspectivas democráticas construidas en el interior de esas redes y las relaciones que dentro de ellas se tejen, privilegiando posibles



tramas de resistencia a modelos de evaluación de la educación superior de características hegemónicas en el subcontinente, es el objetivo de este texto, que, a su vez, la investigación cuyas opciones metodológicas incluyeron la selección de dos redes, raíces y Rana, la elección intencional de sujetos de investigación entre sus gestores y especialistas y la técnica de recolección de datos de producción de narrativas.

PALABRAS-CLAVE: *Democracia. Internacionalización de la educación superior en América Latina. Redes de agencias de acreditación y evaluación.*

1. Introdução

No contexto contemporâneo mundial de internacionalização da educação superior desenvolve-se, na América Latina, a busca por um padrão de qualidade desenhado internacionalmente. Nesse cenário, emergem e evoluem políticas de asseguramento da qualidade referenciadas nas experiências de países europeus como Espanha, Portugal, Inglaterra e França – a depender dos convênios estabelecidos entre os governos - e que se expressam na criação de redes de acreditação e avaliação da qualidade desse nível de ensino no subcontinente.

O fato de o fenômeno da avaliação da qualidade da educação superior surgir na esteira do processo de globalização econômica impulsionou o crescimento da oferta de formação profissional qualificada e tem desafiado a educação terciária a enfrentar o desafio de discutir seus compromissos com a sociedade. Para conformar-se às demandas e expectativas globais do mundo contemporâneo, os sistemas nacionais de educação superior são pressionados a se resignificarem na perspectiva do capital¹. Leite et al. (2012, p. 764) trazem uma interessante questão para ser tomada como base analítica dos estudos sobre a educação superior, destacando que uma nova epistemologia surge no século XXI: “[...] esta epistemologia sustenta as razões pelas quais as universidades devem trilhar caminhos globais e internacionais, redesenhar seu perfil em direção aos mercados e desenvolver modalidades de capitalismo acadêmico”. Essas autoras também destacam que essa nova epistemologia do superior está marcada pela submissão das políticas públicas nacionais às orientações de organismos financeiros multilaterais, representando “um novo imperialismo no âmbito dos sistemas de Educação Superior focado no conhecimento e na informação.” (op.cit., 2012, p. 765)

Por sua vez, Carvalho (2008, p. 172) sustenta a necessidade de se lançar “um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI e de constituir uma agenda contemporânea de estudos e debates a ser coletivamente trabalhada, em diferentes espaços acadêmicos e



políticos, mediante distintas estratégias de discussão [...]”, como forma de desvendar mudanças e redefinições no cenário sociopolítico e cultural. É assim que as políticas de avaliação da qualidade da educação superior surgem baseadas em princípios de pertinência social, qualidade e responsabilidade no exercício da crítica social e política, contribuições significativas para o desenvolvimento das sociedades. Para atender ao objetivo do asseguramento da qualidade são implantadas políticas de acreditação e avaliação da qualidade desse nível de formação nos diversos países da América Latina. Desse modo, a avaliação torna-se um meio para que governos possam tomar medidas que agreguem credibilidade à oferta de seus sistemas de educação superior.

Os termos atribuídos aos processos de asseguramento da qualidade – avaliação e acreditação – são reconhecidos como processos de legitimação. Na *Enciclopédia de Pedagogia Universitária* (LEITE, 2006) é possível consultar as seguintes definições para esses termos:

Acreditação: processos externos de revisão de qualidade empregados para examinar em profundidade os *colleges*, as universidades e programas de educação superior, visando à garantia e desenvolvimento da qualidade, resultante do mesmo, uma *Acredited institution* (USA) ou *Recongnizedbodies* (UK). (op.cit., p. 490)

Avaliação da Educação Superior: designa a avaliação que tem por objeto a supervisão e o controle do sistema de educação superior no seu conjunto e de cada uma das instituições e programas e políticas que o constituem. (op.cit., p. 462)

O presente artigo insere-se no âmbito de políticas voltadas aos processos de integração e cooperação em matéria de educação superior, em que a discussão da qualidade desse nível de ensino e a organização de redes em um contexto de internacionalização caracterizam-se como desafios. A tendência de desenvolvimento de relações de cooperação e troca de informações por meio de redes vem constituindo uma via de acesso para a construção de relações de cooperação entre grupos sociais e organismos financeiros e econômicos, agregando uma série de novos movimentos a áreas diversas. O acesso à tecnologia da internet propicia às instituições a organização de um movimento em rede, incluindo diversas temáticas que urge discutir na trilha do desenvolvimento social.

Neste estudo, elencam-se as experiências das redes a partir da lupa das narrativas dos interlocutores da pesquisa, membros das redes de agências de acreditação e avaliação da educação superior na América Latina. Nosso olhar incidiu sobre as perspectivas de democracia presentes no âmbito dessas redes latino-americanas, tendo como referência seus documentos de base e as narrativas dos atores que as vivenciam. Para tanto, elegem-se como



universo de pesquisa a *Red Iberoamericana de Acreditacion y Calidad de la Educacion Superior en América Latina e Caribe* (RIACES) e a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA), esta inserida na estrutura do Setor Educacional do Mercosul (SEM).

2. Movimentos de integração e cooperação em matéria de acreditação da qualidade da educação superior

A qualidade da educação superior é tema enfatizado nos documentos de organismos internacionais¹, cuja publicização leva à ampla discussão mundial acerca da temática. Processos de acreditação, como instrumentos de garantia de qualidade, avançam na direção da constituição de redes de acreditação internacional que passam a figurar como agências de legitimação e reconhecimento internacional de sistemas de avaliação da qualidade da educação superior. Em 1991, em Dublin, na Irlanda, surgiu a *International Network for Quality Assurance Agencies in Higher Education* (INQAAHE²), a partir da associação de 200 organizações dedicadas a discutir temáticas e organizar processos de garantia da qualidade. Essa Rede destacou-se pela expansão que viveu ao incorporar outras redes regionais em diferentes continentes e regiões, contribuindo para a produção de um ‘selo de acreditação’ para as redes pertencentes à INQAAHE, mediante processos de acreditação.

Os processos de legitimação da qualidade se tornam centrais nas políticas voltadas à educação superior. Eles têm como preocupação central atender modelos de educação previstos em ‘selos de qualidade’ internacionais, o que pode estar consolidando uma cultura de modelo hegemônico de qualidade pela qual redes internacionais definem padrões de qualidade às redes regionais, em especial no caso latino-americano. A questão que se coloca relaciona-se à concepção de um ‘conhecimento aceitável’, hegemônico e estruturado na lógica do capital, na contramão da valorização de um conhecimento plural, em uma perspectiva de práxis dialética constituída pela participação dos sujeitos em intervenções coletivas.

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2003), é preciso democratizar a democracia. Seguindo essa trilha analítica, e com base na perspectiva de um mapa conceitual para orientar e direcionar o raciocínio crítico-reflexivo, movimentando categorias, reflexões e diálogos, tenciona-se refletir sobre a seguinte questão: A constituição de redes de educação

¹ Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI. www.unesco.gov.br acessado em 30/09/2015.

² Fonte: www.engaahe.org consulta feita em 29/05/2016.



superior na América Latina com o objetivo de discutir e organizar processos de asseguramento da qualidade, por meio da acreditação e da avaliação, representa ‘apostas’ dos países da região em direção contra-hegemônica?

Nessa perspectiva, é preciso discutir as concepções de democracia que estão presentes em tais movimentos de redes. A discussão do tipo de democracia e suas implicações revelam, para além do discurso, sinais de democracia forte ou não, potencializam a discussão das ‘apostas’ latino-americanas. Nesse processo, resulta essencial que países de *Nuestra América* percebam o papel que a educação superior poderá desempenhar na construção de uma nova sociedade, em que as condições de vida estejam relacionadas à democracia, à igualdade social e cultural, à preservação do meio ambiente e à utilização dos conhecimentos dentro de um paradigma de emancipação social.

As políticas para a educação superior latino-americana, na transição do século XX ao XXI, tendem a responder aos desafios impostos pela civilização do capital (COMPARATO, 2015), o que implica a subordinação do setor aos mercados e a implantação de sistemas avaliativos permeados por classificações, quantidades e produtivismos de toda ordem. Nesse processo, os modelos nacionais de educação buscam atender a padrões de qualidade reconhecidos por agências internacionais, fundando-se no credo de que o estabelecimento de critérios e padrões mínimos em matéria de educação superior garantiria o desenvolvimento, na América Latina, de sistemas de qualidade reconhecida internacionalmente.

É possível constatar, no reflexo das políticas de avaliação da qualidade da educação superior latino-americanas, um quadro de contradições imposto pelas políticas neoliberais em que esse processo avaliativo se desenvolve sob o mandato de modelos de regulação (TEODORO, 2003) definidos como ‘prestação de contas’ — *accountability* — e voltados ao atingimento de indicadores de performance pautados em interesses de mercado; de outro, são propostos modelos democráticos, com interesses sociais emancipatórios, compreendendo a avaliação como aperfeiçoamento e transformação. (CONTERA, 2002)

Nessa última tendência, solidária e cooperativa, a reforma da educação superior contemporânea é descrita por Didriksson (2003) como a busca, por parte dos sistemas de educação nacionais, de modelos alternativos cujas tarefas acadêmicas se sustentem na cooperação e na transferência de conhecimentos, mediante intercâmbios e mobilidade dos atores envolvidos, sustentados em redes de cooperação em que a orientação social é solidária e se desenvolve na troca de experiências. Para fins de minimizar diferenças e discutir as



demandas multilaterais de regulação que passam a intervir no desenvolvimento da educação superior, surgem, na América Latina, movimentos regionais de integração e cooperação entre sistemas, instituições e associações nacionais. Diante das concepções de qualidade redesenhadas internacionalmente no marco dos mercados buscam-se processos de integração visando à cooperação em matéria de qualidade da educação superior na região. Às iniciativas de garantia de qualidade se somam experiências de acreditação e avaliação, objetivando formar modelos regionais que possam certificar a qualidade dos sistemas nacionais de educação superior no espaço latino-americano.

É assim que, com o propósito de promover o fortalecimento de redes de integração e cooperação em matéria de acreditação da qualidade da educação superior regional entre os países da América Latina, surgem novas organizações formatadas em rede, como a Rede Iberoamericana de Acreditação da Qualidade da Educação Superior² (RIACES) e ampliam-se outros movimentos de mesmo tipo no âmbito do Mercosul Educativo com a instituição da Rede de Agências Nacionais de Avaliação (RANA).

3. Trilhas metodológicas percorridas

A principal trilha metodológica aqui utilizada foi a pesquisa social qualitativa e interpretativa, a qual, no entendimento de Rosenthal (2014, p. 50), designa o papel investigativo na seguinte proposição: “De acordo com essa perspectiva, nós, cientistas sociais, temos a tarefa de descobrir o modo com que os agentes do cotidiano constroem sua realidade, o modo com que vivenciam e interpretam seu mundo.” A opção pela pesquisa social qualitativa e interpretativa decorre de sua flexibilidade em relação ao objeto desta pesquisa, dado que seus procedimentos de investigação implicam:

Perguntas de pesquisa abertas, com possibilidade de modificações; a construção de hipóteses ocorre ao longo do processo de investigação e o desenvolvimento de formas de verificação teórica acompanha o desenvolvimento da pesquisa. [...] O princípio da abertura exige do cientista social, antes de tudo, disposição para a descoberta do novo, exige se deixar envolver pelo campo empírico; estar aberto significa também aceitar mudanças em seu enfoque de conhecimento: ‘abertura significa para o pesquisador, disposição e capacidade de acompanhar o processo de conhecimento, de transformar seu conhecimento (e com isso, a si mesmo). (op.cit. p. 61)

É com essa concepção metodológica que se trilham os processos e os caminhos investigativos deste estudo. Tomou-se como eixo analítico a categoria democracia, utilizando-



se de um elenco de conceitos proximais à corrente teórica cujas análises enfatizam o conceito de democracia forte. Para alcançar tais pretensões estabeleceu-se como objetivo da pesquisa: Analisar as concepções de democracia presentes na dinâmica das redes de agências de acreditação e avaliação da qualidade da educação superior, considerando-se as narrativas dos atores nelas envolvidos.

Para o alcance de respostas às inquietações levantadas foi escolhido o método da análise interpretativa de narrativas produzidas pelos entrevistados – os sujeitos das redes. Foram enviados 22 convites para os sujeitos selecionados e a seleção foi feita considerando-se os sujeitos que ocupavam papéis de representantes titulares de suas agências. Para esses sujeitos foi solicitada a escrita de narrativas que expressassem suas experiências e impressões na dinâmica das redes pesquisadas. As propostas foram enviadas para representantes das mais diversas agências de acreditação, distribuídos pelos países membros ou associados das redes, e destas retornaram 12 narrativas.

Para salvaguardar as identidades dos sujeitos da pesquisa optou-se por identificá-los por siglas que correspondessem ao perfil entrevistado. Com esse objetivo, os sujeitos foram caracterizados por letras, do seguinte modo: G = gestor; e E = especialistas na área da educação superior. Assim, os sujeitos aparecem na pesquisa como G1, G2, G3, G4, G5 e G6, e no caso dos especialistas sem atuação na educação superior e os que nela atuam, optou-se por aglutiná-los em: E1, E2, E3, E4, E5 e E6. As simetrias de atuação ocorreram ao acaso, não houve recusa a nenhuma participação ou escolhas.

Pela análise interpretativa das narrativas desses atores, participantes como membros, pretendeu-se construir o que se designa ‘teias do pensar democrático’, presentes nos discursos dos atores envolvidos na gestão e execução de duas redes de agências de acreditação e avaliação da qualidade da educação superior, nossos *loci* de estudo, a saber: Riaces e Rana. Para a análise interpretativa das narrativas foram elencadas as categorias que se revelaram fundamentais ao longo dos estudos teóricos sobre o referido conceito de Democracia: Participação, Autonomia e Liberdade, em uma perspectiva de democracia forte e/ou de alta intensidade (BARBER, 2003; SANTOS, 2003). Partiu-se da ideia de que democracia é uma questão fundante ao longo da história e, na contemporaneidade, se impõe na agenda de debate acadêmico e político. Para atingir tal pretensão, foi selecionado um conjunto dos aportes teóricos contributivos para a construção desse conceito de democracia. As referências



obrigatórias foram: Norbert Bobbio, Carlos Nelson Coutinho, Boaventura de Sousa Santos, Leonardo Avritzer, Emir Sader; Ellen Wood, Alexis de Tocqueville, dentre outros.

A abordagem do pensar democrático exige reflexões acerca das perspectivas conceituais da categoria democracia quando se adota o cânone de uma democracia forte – *strong democracy* (BARBER, 2003). A matriz analítica envolve pensar o fortalecimento de uma democracia participativa, de alta intensidade, e independentemente da denominação que lhe seja dada deve refletir participação, cidadania e igualdade social. Nessa direção, a nota conceitual construída deve prevalecer no sentido de uma democracia presente no cotidiano da vida social, ligada às decisões dos cidadãos pela participação efetiva nas temáticas sociais, representando os interesses dos indivíduos com autonomia e liberdade de expressão.

4. Do lado de lá das redes: vozes em meio ao ‘pensar’ democrático da rede

Ao se lançar as impressões dos interlocutores – membros das redes pesquisadas – considera-se relevante para o entendimento do contexto das redes apresentar o perfil desses sujeitos. Na RIACES, 80% de seus membros atuam como gestores de agências de acreditação nacional; 70% apresentam perfil de especialistas na área; e 30% são docentes de instituições superiores. No caso da RANA, 100% dos membros são gestores de agências nacionais de acreditação, e, destes, 80% têm posição de especialistas na área da avaliação, e menos de 20% atua como docente da educação superior. Na análise preliminar desses dados, observa-se que tanto na RIACES quanto na RANA o perfil de seus membros, em sua maioria, é de gestores de agências nacionais ou regionais de acreditação, com quase nenhuma experiência docente na educação superior. Esse dado exalta a preocupação com o sentido da avaliação nesse nível de ensino, pois quase nenhuma experiência é evidenciada; reflete também a preocupação com a dinâmica dos processos e suas finalidades para quem está na ponta, a viver a educação superior e seus efeitos de fato, ou seja, para a comunidade acadêmica.

Em relação ao tempo de permanência na rede, 100% dos entrevistados deles superam os 10 anos; destes, 80% participam desde a criação das redes, o que se torna uma variável importante na coleta de experiências narradas, pois propicia que esse contingente majoritário faça comparativos entre distintos momentos, desde a criação até o momento da entrevista, o que contribuiu para análises mais apuradas. O depoimento de um dos interlocutores que pertence à RIACES desde a criação faz esse contraponto:



O processo de rede era basicamente compartilhar experiências, ter cooperação horizontal e desenvolver no momento em que começamos a operação por um modelo próprio. Bem, assim se pensava anteriormente, mas hoje as redes precisam ter respeitabilidade; é preciso crescer, ser reconhecido, ter uma integração a um modelo de rede internacional, assim conseguimos financiamento. (Entrevistado G6, tradução nossa)

Para conduzir as análises interpretativas, conforme mencionado, uma matriz de categorias de democracia forte passa a configurar a análise. Na categoria participação e autonomia, o protagonismo está com os atores que têm direito à voz na tomada de decisão. As redes pesquisadas apresentam, nas propostas apontadas em documentos oficiais, o princípio da participação ativa e coletiva de todos os membros associados; no entanto, identificando algumas contradições quanto ao estabelecido nos documentos oficiais e a dinâmica real de funcionamento, alguns sujeitos entrevistados assim se expressaram:

A intenção foi sempre funcionar como rede de fato. Ou seja, com participação igualitária dos componentes e processos que se interpenetram. Esta era a ideia inicial, quando começamos na rede, mas vejo, hoje, a participação muito concentrada nas decisões dos membros dos comitês diretivos. O que tem me preocupado, pois acabamos representando nossas agências e não compartilhamos decisões. (Entrevistado E1, tradução nossa)

Há sempre que se considerar os aspectos da política nacional e a política externa. [...] Nossa participação enquanto especialistas é posta em segundo plano diante dos interesses dos países membros. (Entrevistado G2, tradução nossa)

Em relação aos pontos positivos da rede, aponto a sinergia, complementaridade e a ampliação dos resultados a cada avaliação. O que vejo como negativo é a questão da Autonomia que está ligada às relações que estabelecem os membros do Comitê Diretivo, o que pode acarretar dificuldades para tomar decisões e desenvolver atividades eficazes. Veja, aqui, incomoda-me muito a presença de super-redes, ficam nos fiscalizando em torno da lógica delas e não nossa. (Entrevistado E2, tradução nossa)

Essas narrativas revelam traços da perspectiva de participação, indicando fragilidades no processo de participação e autonomia, além de evidências de certa frustração de quem deseja participar para além das decisões governamentais, das alianças. Na narrativa oferecida por um dos interlocutores, a participação está garantida a quem representa ou se afina com os interesses de políticas traçadas pelos comitês diretivos, que são constituídos por membros de agências com maior influência na rede. A autonomia pensada nos documentos oficiais das redes preconizava tomar decisões voltadas para o desenvolvimento da região, considerando



suas peculiaridades. Contudo, o conceito de autonomia revelado nas narrativas dos interlocutores surge ligado às diretrizes de uma grande rede internacional acreditadora, na contramão, portanto, de seu sentido democrático. Dessa forma, impõe-se um padrão de qualidade estandardizado, contrapondo-se, inclusive, à pretensa regionalidade das Redes. Uma epistemologia eurocêntrica da acreditação e da avaliação passa a ser o foco central, com a busca de legitimação de um modelo reconhecido de conhecimento e sua aceitação.

Na maioria das narrativas, a justificativa para a organização de processos de acreditação e avaliação em redes apresentou, como ponto forte, o processo democrático da participação por meio da representação. Essas narrativas indicam o comprometimento das concepções de democracia presentes nos documentos das redes, em favor de um processo tecnocrata, de domínio de gestores das grandes redes internacionais, em que a supremacia de decidir e encaminhar as políticas está nas mãos da minoria.

Santos (2008) circunscreve a relação de quebra de autonomia à qual se referem os interlocutores considerando o que denomina hierarquia epistemológica: apesar de as redes pesquisadas apresentarem um discurso de regionalidade e de valorização do local, há, sim, a predominância de políticas externas nas decisões e encaminhamentos no interior das Redes.

A atual reorganização global da economia capitalista assenta, entre outras coisas, na produção contínua e persistente de uma diferença epistemológica, que não reconhece a existência, em pé de igualdade, de outros saberes, e que por isso se constitui, de fato, em hierarquia epistemológica, gerada de marginalizações, silenciamentos, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos [...] (SANTOS, 2008, p. 153)

O pensar democrático nas narrativas está assentado na categoria participação e autonomia, e é recorrente, nas falas dos entrevistados, o reconhecimento de que na estrutura das redes há uma ‘relativa’, uma ‘certa’ ou uma ‘quase’ autonomia e participação. Contudo, apesar dessas limitações e de discordâncias relativas ao quesito internacionalização, quando perguntados sobre a importância dessa categoria os entrevistados dizem que a participação, em um movimento que resgata a autonomia das pessoas que representam a região, é um elemento positivo nas experiências do movimento de redes. Para alguns dos interlocutores, revela-se uma distorção da ideia de internacionalização como pensada inicialmente no âmbito das redes, que era o de proporcionar a discussão acerca da qualidade da educação superior na porção latina do continente americano.



5. Reflexões a título de considerações finais: o que há do lado de lá

Diante dos resultados de pesquisa parcialmente analisados neste texto, entende-se que apresentar diferentes ‘cosmovisões’ é o sentido que nutre o movimento de composição e articulação dessas Redes. Ao congregiar diferentes culturas, raças e percepções da realidade em uma região tão heterogênea como a América Latina, essa percepção de aglutinação é fundante no papel das Redes, inclusive como possibilidade de agregar grupos de resistência na região. É importante destacar que, apesar das diferenças oportunamente elencadas do ponto de vista de agregação de grupos para discutir os sentidos dos trabalhos em rede - em especial, neste caso, da educação superior na América Latina e Caribe -, o movimento de organização dessas redes oferece possibilidades de solidificar relações entre grupos diferentes, mas com propósitos similares, de equidade e desenvolvimento social.

As redes de agências de acreditação e avaliação da qualidade da educação superior na América Latina e Caribe se pautam no reclamo à liberdade dos países da região em relação a seus sistemas e políticas, e na constituição de processos democráticos e abertos no interior das redes que revelem a qualidade da educação que essa região possui e que poderá reverter em elemento de desenvolvimento conjunto. Contudo, refletindo-se sobre relações de poder, em linha com as perspectivas teóricas da ‘descolonização do saber e do poder’, encontram-se apenas processos de ‘modernização conservadora’, lastreados em procedimentos de acreditação e avaliação, que correm o risco constante de serem tratados segundo uma neolíngua da macroeconomia e da macropolítica, desviando-se da busca de reconhecimento de uma concepção de qualidade que reconheça e valide potencialidades nacionais e regionais em ação conjunta na esfera das redes. Isso tudo na pretensão de reforçar a luta dos países da região que historicamente estiveram distantes – e geralmente subordinados – às grandes dinâmicas de globalização da economia, pois politicamente afastados – ou simplesmente subordinados – dos fluxos econômicos também globalizados de produção, distribuição e aplicação de conhecimento científico e tecnológico, ademais de terem desqualificados os saberes autóctones e populares que transitam, em especial, entre as frações oprimidas de seus povos.

É assim que se faz importante a vigilância crítica em torno dos perigos da homogeneização de indicadores de qualidade política e socialmente descontextualizados, em particular nos processos de configuração de redes de acreditação e avaliação, à medida que



desconhecem outras categorias de conhecimento. O alerta se torna mais crucial dado que, segundo os relatos coletados, a democracia é tratada de forma simbólica e concebida como um processo natural e intrínseco ao movimento de constituição de redes que têm a seu cargo a definição de qualidade em processos de acreditação e avaliação. Não que tenha sido definido ou que haja um tipo de democracia para sustentá-lo, mas pela natureza da questão, do necessário respeito a processos democráticos, o processo é naturalizado dentro dos movimentos.

Vale destacar que a concepção que foi possível perceber na dinâmica e na narrativa dos entrevistados é de uma democracia que representa a tomada de decisões em alinhamento a grupos determinantes no poder e que se pautam em padrões e perspectivas de conhecimento pouco compatíveis com a realidade dos sistemas – e, em decorrência, das políticas – dos países que constituem as redes aqui analisadas. Tal situação leva a que o processo de participação se resuma, em boa medida, a consolidar concepções hegemônicas que não reconhecem o local e sua diversidade, e sim mimetizam e legitimam um modelo ocidentocêntrico de acreditação e avaliação, o qual reconhece apenas um tipo definido de qualidade da educação superior. O pensar democrático, nessa perspectiva, é ingênuo e malicioso, não havendo compatibilidade com uma democracia de forte intensidade; na verdade, representa o mascaramento do poder invisível (BOBBIO, 1986), servindo ao fortalecimento da circulação do capital.

Para conceber essas redes como condição de possibilidade de rupturas é preciso repensar por dentro a motivação política que as constituiu e, principalmente, seu funcionamento, rediscutindo as diretrizes que impõem dinâmicas exógenas e hegemônicas, e também os limites da concepção de democracia que as anima. Uma democracia forte, com participação efetiva e igualitária, respeitando a diversidade cultural e a heterogeneidade dos povos que constituem a região, impõe a liberdade de expressão como condição para a autonomia.

Para tanto, é preciso repensar a própria concepção de democracia (formal) que vige no interior desse movimento de organização em forma de redes, enfatizando a discussão conjunta de um conceito de qualidade que represente o rompimento com as amarras do capitalismo e possibilite a incorporação de conhecimentos e saberes voltados ao desenvolvimento social pleno da região latino-americana. Entende-se que só a partir dessa reflexão e da adoção de uma concepção de democracia forte poderá render frutos emancipatórios à constituição de redes de avaliação e acreditação da qualidade da educação superior em Nuestra América.



Notas:

¹ “[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico [...] São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade [...]” (BOTTOMORE, 2001, p. 44)

² Surge em 2002 por ocasião da Conferência sobre *Qualidade, transparência e Acreditação da Educação Universitária*, realizada em Madri, na Espanha, na qual representantes de agências e governos de países da América Latina e Caribe (Argentina, Colômbia, Cuba, México e Guatemala) decidem, por influência da Agência Nacional de Acreditação e Avaliação da Qualidade (ANECA), da Espanha, iniciar um processo de criação da RIACES. (SANTOS, 2010)

Referências

AVRITZER, L.; SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto/Portugal: Afrontamento, 2003b.

BARREYRO, G. B. As agências nacionais de acreditação no Sistema ARCU-SUI: primeiras considerações. **Avaliação. Revista Avaliação da Educação Superior**, Campinas/SP, Universidade de Sorocoba, v. 20, n. 1, p. 49-72, 2015.

BARBER, B. **Strong democracy: participatory politics for new age**. EUA: University of California press, 2003.

BAUMGARTEN, M. **Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRAGA, M. B. **Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL**. Integração econômica. Encontros 2001 da ANPEC, 2001.

CARVALHO, A. M. P. de. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA, Fernando José Pires de (org.). **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: UFC, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1.

COMPARATO, F. K. **A civilização capitalista - para compreender o mundo em que vivemos**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.



- CONTERA, C. Modelos de Avaliação da Qualidade da Educação Superior. In: SOBRINHO, Jose Dias; RISTOFF Dilvo, I. **Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis/SC: INSULAR/RAIES, 2002.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25.ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5.ed. São Paulo/SP: Loyola, 2014.
- HIZUME, G. de C. **A implementação do Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul: um estudo sobre as agências nacionais de acreditação da Argentina e do Brasil**, São Paulo, FEUSP, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado de São Paulo, 2013.
- LEITE, D.; GENRO, M. E. H.. Quo Vadis? Avaliação e internacionalização da educação superior na América Latina. In: LEITE, Denise et al. **Políticas de evaluación universitaria en América Latina: perspectivas críticas**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- MIORANDO, B. S.. **O Sistema Arcu-Sul e a UFRGS: Representação da acreditação internacional para uma universidade latino-americana**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.
- MIRANDA, X. Z. et al. Integración regional e internacionalización de la educación superior en América latina y Caribe. In: MIRANDA, Xiomara Zarur et al. **I Documento Base: Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. CRES. Cartagena de las Indias: CRES - Conferencia Regional de Educación Superior de América latina y Caribe, 2008.
- MOROSINI, M. (org.). **Fórum Latino-americano de Educação Superior**. São Carlos/SP: PIXEL, 2015.
- INEP. SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5.ed., Brasília/DF: INEP, 2009. (edição revisada e ampliada).
- ROBL, F.. **Quo Vadis Educação Superior da Colômbia? Expansão, Acreditação e Internacionalização**. São Paulo: FEUSP, 2015. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado de São Paulo, USP. São Paulo, 2015.
- ROSENTHAL, G. **Pesquisa Social Interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2014.



SANTOS, M. G. dos. **As Redes de Agências de Avaliação da Qualidade e Acreditação da Educação Superior na América Latina**: RANA e RIACES. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. **Teias do pensar democrático presentes nos discursos dos atores das Redes de Agências de Acreditação e Avaliação da Qualidade da Educação Superior na América Latina**: as vozes do lado de lá. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SERIKAWA, L. K. dos S. **Acreditação e qualidade da Educação Superior**: abrindo a caixa-preta do Sistema de Acreditação de Cursos Superiores, Mercosul. Brasília: UNB, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares-CEAM/UNB, Universidade de Brasília, 2014.

SOBRINHO, J. D.; Brito Dias Rafael. Acreditação da Educação Superior e C&T: políticas e ideologia. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas/SP, Universidade de Sorocaba, v. 11, Dez., 2006.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Porto/Portugal: Afrontamento, 2003.

_____. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre ciências. São Paulo: Cortez, 2006. (edição revisada)

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo/SP: Cortez, 2008.

SANTOS, B. de S.; FILHO, N. de A. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: _____. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra/Portugal: Almedina, 2008b.

TEODORO, A. **Globalização e educação** - políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

UNESCO. **INFORME MUNDIAL**: hacia las sociedades del conocimiento - PARIS: UNESCO, 2005.



VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: Paulo Cezar Castanheira.